

O setor empresarial nas regiões ultraperiféricas portuguesas – Uma década em perspetiva

*The business sector in the Portuguese outermost regions -
A decade in perspective*

Luís Filipe Sardinha – luis.sardinha@isal.pt

Instituto Superior de Administração e Línguas, CIISAL (Centro de Investigação ISAL)
(Portugal)

Áurea Sousa - aurea.st.sousa@uac.pt

Universidade dos Açores, CEEApIA (Centro de Estudos de Economia Aplicada do
Atlântico) (Portugal)

Eduardo Leite - eduardo.leite@staff.uma.pt

Universidade da Madeira, CiTUR (Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação
em Turismo) (Portugal)

Paulo Filipe Fernandes - toc.paulo.fernandes@gmail.com

Instituto Superior de Administração e Línguas, CIISAL (Centro de Investigação ISAL)
(Portugal)

Resumo

Na União Europeia (UE) existem nove regiões ultraperiféricas (RUP), entre as quais se encontram a Regional Autónoma dos Açores (RAA) e a Região Autónoma da Madeira (RAM). As RUP apresentam diversas especificidades que limitam o seu desenvolvimento económico e social, mas a sua importância estratégica é significativa face à Zona Económica Exclusiva (ZEE), pelo que importa conhecer. O objetivo do presente trabalho é aprofundar o conhecimento e descrever a evolução do setor empresarial na RAA e na RAM. Através de um estudo descritivo e recorrendo a dados secundários publicados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores, Direção Regional de Estatística da Madeira e Instituto Nacional de Estatística, foi possível verificar que na RAA e na RAM, entre 2008 e 2017, existiu inicialmente uma regressão no número de empresas e posteriormente uma recuperação até 2017. Contudo, na RAA o número total de empresas em 2017 ainda não iguala o de 2008. Acresce que em ambas as regiões os números totais de pequenas, médias e grandes empresas em 2017 ainda não perfazem os números de 2008. Quanto à forma jurídica, na RAA as empresas individuais apresentam uma diminuição da sua expressão, enquanto na RAM a tendência é inversa. Relativamente aos setores de atividade económica, ocorreram algumas variações ao longo deste período, designadamente, em ambas as regiões, o setor da construção, tem vindo a diminuir a sua expressão e o setor do alojamento, restauração e similares tem aumentado a sua expressão em relação ao global de empresas, evidenciando uma mudança de paradigma.

Palavras-chave: Setor empresarial; Regiões ultraperiféricas; Açores; Madeira; Organizações

Abstract

In the European Union (EU) there are nine outermost regions (ORs), among which are the Autonomous Region of the Azores (ARA) and the Autonomous Region of Madeira (ARM). The ORs have several specificities that limit their economic and social development, but their strategic importance is significant compared to the Exclusive Economic Zone (EEZ), so it is important to know. The aim of this paper is to deepen the knowledge and describe the evolution of the business sector in the ARA and ARM. Through a descriptive study using secondary data published by the Serviço Regional de Estatística dos Açores [the Azores Regional Statistics Service], Direção Regional de Estatística da Madeira [Madeira Regional Directorate of Statistics] and Instituto Nacional de Estatística [the National Statistical Institute], it was possible to verify that in the ARA and ARM between 2008 and 2017 there was initially a regression in the number of companies and a later recovery until 2017. In the ARA the total number of companies in 2017 still does not equal the number of 2008. In addition, in both regions, the total number of small, medium and large companies in 2017 still do not add up to the figures for 2008. As for the legal form, in the ARA individual companies show a decrease in their expression, while in the ARM the trend is reversed. Regarding the sectors of economic activity, there were some variations over this period, in both regions, namely the construction sector has been decreasing its expression and the accommodation, catering and similar sector has increased its expression in relation to the overall number of companies evidencing a paradigm shift.

Keywords: Business Sector, Outermost regions, Azores; Madeira, Organizations

1.

Introdução

As micro, pequenas e médias empresas (PME) têm um papel fundamental na economia de um país e, por consequência, de uma região (Comissão Europeia, 2015a).

Por um lado, se é verdade que as Regiões Ultraperiféricas (RUP) apresentam algumas limitações inerentes à sua natureza, também importa sublinhar que as suas características singulares e diferenciadoras podem proporcionar oportunidades de negócios. Neste contexto, é preponderante transformar as desvantagens das regiões ultraperiféricas em vantagens. Importa ainda salientar que as regiões ultraperiféricas apresentam características geográficas e geológicas que as tornam excelentes laboratórios de pesquisa em diversas áreas de estudo, incluindo a das mudanças climáticas. Acresce ainda que a sua biodiversidade e ecossistemas marinhos excepcionais são muito promissores em áreas, tais como a inovação em produtos farmacêuticos e agronomia (Gil, Fonseca, Lobo, & Calado 2012).

No que respeita à caracterização económica, a Região Autónoma dos Açores (RAA) é constituída por nove ilhas, todas com excelentes infraestruturas, projetos de modernização tecnológica, um sistema de incentivos ao investimento, medidas de apoio à criação de emprego e um regime de benefícios fiscais que incentivam ao empreendedorismo sustentável e distinto. Já a Região Autónoma da Madeira (RAM), nas últimas décadas de atividade económica, tem sustentado a sua estratégia fundamentalmente no desenvolvimento do Turismo.

Na última década, ambas as regiões têm presenciado diversas mudanças, ao nível de estratégias, políticas, sociais ou mesmo empresariais. O setor empresarial tem apresentado uma dinâmica própria e uma

evolução distinta, não obstante um quadro macroeconómico comum. É neste quadro que se coloca a seguinte questão de investigação: “Qual a evolução do setor empresarial na Região Autónoma dos Açores e na Região Autónoma da Madeira na última década?”. O objetivo geral deste estudo é o de conhecer a realidade do setor empresarial nestas regiões. Na sequência, definiu-se como objetivos específicos sistematizar a evolução do setor empresarial nestas regiões ao longo de uma década, sintetizar o surgimento de novas empresas em relação à extinção de empresas e sistematizar o peso relativo das várias tipologias de empresas.

Para facilitar a leitura, este trabalho encontra-se estruturado em cinco secções, incluindo a introdução. Na segunda secção é apresentada uma breve revisão da literatura, de forma a contextualizar a temática em estudo. Na terceira secção apresenta-se a metodologia utilizada e na quarta secção os principais resultados do estudo e a sua discussão. Por fim, na última secção, são apresentadas as conclusões mais pertinentes resultantes deste trabalho de investigação e efetuadas algumas considerações finais.

2.

Revisão da Literatura

2.1. Sobre as Regiões Ultraperiféricas

A atual competitividade a nível empresarial é reflexo de uma marcante globalização dos mercados e da sua constante evolução. Esta nova realidade, por um lado, favorece as economias mais fortes e, por outro lado, as economias locais, regionais ou nacionais asfixiam.

De forma a proteger as regiões mais frágeis, surgiu em 1957, através do Tratado de Roma, o estatuto de Regiões Ultraperiféricas que contemplava os quatro Departamentos Ultramarinos da França (Guiana Francesa e as ilhas de Guadalupe, Martinica e Reunião). Mais tarde, em 1986, procedeu-se a um alargamento das RUP e acresceu-se mais três regiões muito longínquas e consequentemente

isoladas, duas portuguesas (Açores e Madeira) e outra espanhola (Canárias) (Silveira, 2010).

Na UE existem, atualmente, nove regiões ultraperiféricas: Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, São Martinho, Reunião, Maiote, Canárias, Açores e Madeira. Todos os direitos e obrigações decorrentes dos Tratados europeus são plenamente aplicáveis a estas regiões (Comissão Europeia, 2017).

As RUP apresentam diversas especificidades que limitam o seu desenvolvimento económico e social: o seu afastamento, insularidade, a pequena superfície, o relevo e clima e a dependência em relação a um número limitado de produtos locais (Jornal Oficial da União Europeia, 2010). Noutra perspetiva, as RUP apresentam um potencial estratégico e ativos únicos de que a EU pode beneficiar. Representam a presença europeia em zonas estratégicas do globo e dispõem de características excecionais que “fazem delas excelentes laboratórios para a investigação e a inovação nas áreas da biodiversidade, dos ecossistemas terrestres e marinhos, das energias renováveis, da farmacologia e das ciências espaciais.” (Comissão Europeia, 2019).

2.2. Sobre a Região Autónoma dos Açores

A Região Autónoma dos Açores é constituída por 19 concelhos e 156 freguesias. As ilhas deste arquipélago estão divididas em três grupos geográficos: o Grupo Oriental, composto pelas ilhas de Santa Maria e São Miguel; o Grupo Central, que integra as ilhas Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial; e o Grupo Ocidental, constituído pelas ilhas das Flores e Corvo. De acordo com os Censos (2012), a população residente na RAA era de 246 772 pessoas, o que representava 2,3% da população do país. Este território de 2 325 km² apresenta uma densidade populacional de 106,3 habitantes por Km², inferior à densidade média do país, 114,5 habitantes/km². De ressaltar que o povoamento nas diferentes ilhas e municípios do arquipélago é bastante diferenciado. Por exemplo, a ilha de São

Miguel é a ilha com maior densidade populacional, uma vez que vários dos seus municípios apresentam os valores mais elevados da Região. Lagoa com 316,8 habitante/km², Ponta Delgada com 295,3 habitante/km² e Ribeira Grande com 178,3 habitante/km² são os municípios mais densamente povoados do arquipélago. Corvo (25,1 habitante/km²), São Roque do Pico (23,8 habitante/km²) e Lajes das Flores (21,5 habitante/km²) são os menos densamente povoados (Instituto Nacional de Estatística, 2012). Os Açores, juntamente com os arquipélagos da Madeira, Canárias e Cabo Verde definem a região biogeográfica da Macaronésia.

A nível empresarial, os Açores apresentam estabilidade económica, política e social, bem como uma localização geográfica privilegiada, permitindo uma conectividade a nível global. A Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores (2019), criada em 2013, tendo como um dos objetivos atuar na conceção e execução de políticas de estímulo ao desenvolvimento de empresas regionais, identifica como vantagens competitivas para a Região: a localização estratégica (Localização no Atlântico Norte entre os Continentes Europeu, Americano e Africano, com uma zona económica exclusiva de aproximadamente 1 000 000 km²); um ambiente favorável a negócios (acesso a diversos incentivos); a liderança em energias renováveis (líder nacional de Geotermia e Biogás); os recursos disponíveis (condições favoráveis para o turismo, abundância de recursos hídricos e marinhos ou mesmo vantagens competitivas naturais para diversas atividades no âmbito do setor agroalimentar); e as boas condições estruturais (aerportos e portos em todas as ilhas, parques tecnológicos e industriais com excelentes infraestruturas e rede de transmissão de alta velocidade).

A economia Açoriana é predominantemente rural, baseada na agropecuária e indústrias transformadoras de base agroalimentar e de bebidas e similares. O setor das pescas é igualmente importante para a economia da Região. Face à conjuntura de 2009, o Governo

Regional dos Açores aprovou medidas de curto e médio prazo para ajudar na liquidez das microempresas, pequenas e médias empresas (PME) e na proteção de rendimentos das famílias (Governo dos Açores, 2019a; Governo dos Açores, 2019b).

Atualmente, as ilhas dos Açores “são consideradas excelentes locais para eventos de elevado valor económico, os quais são essenciais para o desenvolvimento turístico sustentável e para a sua otimização” (Sousa, Batista, Pinheiro, & Silva, 2017). O novo ciclo económico, com base no crescimento do turismo, foi fortemente impulsionado pela chegada das companhias aéreas de baixo custo aos Açores (Associação Nacional dos Industriais de Lactícneos, 2018), em 2015. Ao nível de programas operacionais definidos pela Comissão Europeia, sustentados por multifundos com contributos do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu para o período 2014-2020, foram definidos os seguintes objetivos: “(i) promoção de conhecimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) para as PME, (ii) promoção da competitividade das empresas da região, (iii) promoção de transporte sustentável, principalmente através do desenvolvimento e da melhoria de sistemas de transportes com baixas emissões de carbono, (iv) investimento na educação, formação e formação profissional para aquisição de competências e aprendizagem ao longo da vida, (v) apoio ao desenvolvimento de fontes de energias renováveis e à melhoria da eficiência energética das empresas e dos edifícios e (vi) promoção de emprego sustentável e de qualidade e apoio à mobilidade laboral.” (Comissão Europeia, 2014). Já a nível dos órgãos da administração regional, o novo paradigma do turismo, levou a que estes adaptassem a sua estratégia para impulsionar o desenvolvimento do turismo (Ponte, Couto, Pimentel, Sousa, & Oliveira, 2019). De acordo com Castanho, Couto, Pimentel, Carvalho & Sousa (2020), o turismo é responsável pelo baixo desemprego e pelo crescimento moderado da economia. A estreita relação entre o turismo e a natureza faz com que as políticas públicas de promoção

e alojamento sem danos colaterais para o ambiente sejam um desafio.

Os indicadores de atividade económica da RAA demonstram que o turismo se tem destacado por ganhos progressivos de peso relativo na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e na oferta de postos de trabalho. Paralelamente a esta situação, destaca-se a evolução positiva de licenças para habitação, venda de veículos e um crescimento pouco expressivo no setor dos lacticínios (Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A de 22 de janeiro de 2020, 2020).

Ao nível do setor público empresarial, a RAA, a 31 de dezembro de 2017, participava, diretamente ou indiretamente, em trinta e nove empresas (Direção Regional do Orçamento e Tesouro, 2019). As empresas do setor público empresarial da RAA apresentam especial relevância, pelo que “tem vindo a ser implementada uma estratégia de ajustamento nas empresas do setor público empresarial regional, quer a nível da sua organização quer a nível da sua reestruturação, sem nunca descurar a importância dos setores estratégicos e primordiais para o desenvolvimento económico e social da RAA” (Governo Regional dos Açores, 2019).

2.3. Sobre a Região Autónoma da Madeira

A Região Autónoma da Madeira é constituída por 11 concelhos e 54 freguesias. Em 2011, a população residente na região da Madeira era de 267 785 indivíduos, o que representa 2,5% da população do país. É no Funchal que se verifica a maior densidade populacional da Região, com 1 469,6 habitantes/km², seguido de Câmara de Lobos (684,0 habitantes/km²), Santa Cruz (527,7 habitantes/km²) e Machico (320,1 habitantes/km²). São Vicente (72,6 habitantes/km²) e Porto Moniz (32,7 habitantes/km²) surgem com os valores mais baixos (Instituto Nacional de Estatística, 2012).

No setor agrícola, a produção de banana é dirigida ao consumo regional e nacional. Já as flores e o vinho da Madeira (ou,

simplesmente, vinho Madeira) constituem igualmente um importante contributo para a economia regional.

A agricultura, a pecuária e a agroindústria traduzem-se num inestimável contributo positivo a nível das dimensões económica, social e ambiental (Secretaria Regional de Agricultura e Pescas, 2019). Atualmente, o principal impulsionador da economia da ilha é o turismo. “O Sector do Turismo desempenha um papel fundamental na economia da RAM, envolvendo diversos setores da atividade económica, incluindo hotelaria, operadores turísticos, agências de viagem, restauração, comércio, portos, aeroportos, companhias aéreas, empresas de transporte, empresas de animação turística, estabelecimentos de ensino e entidades governamentais” (Associação Comercial e Industrial do Funchal & KPMG, 2014). De acordo com a Direção Regional de Estatística da Madeira (2018), o Valor Acrescentado Bruto gerado pelo Turismo (VABGT) atingiu, em 2015, 15,9% do VAB da economia regional, ascendendo a um total de 591,3 milhões de euros. Já o Consumo do Turismo no Território Económico (CTTE), que resume a procura turística, rondou os 1 128,5 milhões de euros, representando 26,6% do Produto Interno Bruto (PIB) da Região. A Zona Franca também aumentou o investimento internacional, e várias empresas estrangeiras estabeleceram-se na RAM.

O modelo de crescimento da RAM tem no Turismo um setor chave de especialização. A oferta de camas tem aumentado, levando a uma evolução positiva das taxas de ocupação (Neves *et al.*, 2014). Em 2017 o PIB da RAM atingiu os 4 783,6 milhões de euros, tendo subido 5,1% em termos reais (ou seja, excluindo o efeito da variação de preços) face ao ano anterior. Este crescimento foi fortemente influenciado pelo aumento substancial do PIB gerado por empresas sediadas no Centro Internacional de Negócios da Madeira. “Em 2017, há um contributo decisivo do principal ramo de atividade da RAM, o “Comércio, transportes, alojamento e restauração”, cujo Valor Acrescentado Bruto

(VAB) cresceu 7,0%” (Direção Regional de Estatística da Madeira, 2019).

A nível de competitividade e internacionalização, a orientação estratégica regional da Madeira definiu “privilegiar o alargamento e diversificação da base económica, através da criação de condições de apoio à emergência de novas atividades orientadas para os mercados externos, que contribuam para aumentar e diversificar a oferta regional de bens e serviços transacionáveis e de elevado valor acrescentado.” (Instituto de Desenvolvimento Regional, 2018). Mais acrescentam que o *Cluster* “Turismo e Lazer” pode impulsionar outros setores, nomeadamente o setor primário regional (produção agroalimentar e pescas; outras atividades da Economia do Mar (e.g., cruzeiros, náutica de recreio, surf).

O Setor Público Empresarial da RAM, a 31 de dezembro, era composto por 24 empresas, participadas direta e indiretamente pela RAM (Governo Regional da Madeira, 2018).

2.4. Sobre Micro e Pequenas Empresas

De acordo com o Decreto Lei 135-B de 2017, “o conceito de empresa abrange qualquer entidade que exerça uma atividade económica, independentemente do seu estatuto jurídico”.

A política comercial e industrial da UE procura melhorar o enquadramento das empresas, promover um clima favorável ao empreendedorismo e à criação de emprego e facilitar o acesso aos financiamentos. Para 2020 a EU definiu como objetivos: reforçar a sua base industrial e promover a transição para uma economia hipocarbónica; promover a inovação como meio de criar novas fontes de crescimento; incentivar as PME e promover uma cultura empresarial; assegurar um mercado de bens à escala da UE; e maximizar os benefícios do investimento da UE no espaço. Verifica-se, assim, que as micro e pequenas empresas têm sido uma prioridade na política da Comissão Europeia.

O tecido empresarial europeu é constituído maioritariamente por micro, pequenas e médias empresas (PME). Segundo a Comissão Europeia (2018), as pequenas e médias empresas representam 99% de todas as empresas da UE.

Em 2015, a Comissão Europeia elaborou o "Guia do Utilizador Relativo à definição de

PME". Neste, é referido que nove em cada dez empresas na UE são PME e que estas geram dois em cada três postos de trabalho. É possível ainda ler-se que a definição de PME tem em conta três critérios: efetivos, volume de negócios anual e balanço total anual. Assim, de acordo com estes critérios, é possível distinguir microempresa, pequena empresa ou média empresa (Tabela 1).

Tabela 1 - Distinção de micro, pequena e média empresa

Categoria da empresa	Microempresas	Pequenas Empresas	Médias Empresas
Efetivos	< 10	≤ 50	<250
Volume de negócios anual	≤ 2 milhões de euros	≤ 10 milhões de euros	≤ 50 milhões de euros
Balanço total anual	≤ 2 milhões de euros	≤ 10 milhões de euros	≤ 43 milhões de euros

Fonte: Comissão Europeia (2015)

Uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de dez pessoas e cujo volume de negócios ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros. Uma média empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 250 pessoas e que tem ou um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros, ou um balanço anual não superior a 43 milhões de euros.

Em Portugal, no ano de 2017, existiam 1 242 963 empresas, sendo que 1 241 549 eram PME, o que representavam 99,9% do total de empresas. As micro e pequenas empresas apresentaram, nesse mesmo ano, um volume de negócios de 250 387 052 060€ (INE, 2019).

3.

Metodologia

As informações necessárias para o desenvolvimento deste estudo foram obtidas através da recolha de dados secundários, cujas fontes serão melhor identificadas mais abaixo nesta secção. Segundo Barañano (2008), dados secundários "... são dados previamente

recolhidos por outros investigadores ou instituições e com objetivos diferentes daqueles para os quais são posteriormente utilizados". A utilização de dados secundários é uma ferramenta metodológica comum em Gestão e apresenta as seguintes vantagens: permitem a análise de grandes amostras, sendo mais baratos que a recolha de dados primários (Prodanov & Freitas, 2013; Barañano, 2008; Lakatos & Marconi, 2003 & Gil, 2017). Seguidamente, passamos a descrever mais pormenorizadamente os procedimentos metodológicos utilizados e a terminologia adotada no presente estudo.

4.

Amostra e Procedimento

Os dados secundários foram obtidos através da consulta da informação disponibilizada pelos serviços regionais de estatística, nomeadamente o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) e a Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), bem como pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

A "amostra" é constituída por todas as empresas sediadas na RAA e na RAM, constantes das bases de dados acima, no período em análise compreendido entre 2008 e

2017 (estamos a chamar amostra e não população, pelo facto de a qualquer momento, no período em análise, poderem surgir ou desaparecer empresas). Os dados gerais relativos às empresas foram consultados em agosto de 2019. Para a análise dos dados, no âmbito da Estatística Descritiva, recorreu-se ao Microsoft Office Excel.

5.

Terminologia

Tendo em conta a utilização de alguma terminologia específica ao longo do estudo, são salientados e definidos, na Tabela 2, os principais termos utilizados.

Tabela 2 - Terminologia utilizada

<i>Terminologia</i>	<i>Definição</i>
EMPRESA	<i>Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.</i>
EMPRESAS INDIVIDUAIS	<i>Tipo de unidade empresarial que abrange as formas jurídicas de empresário em nome individual e trabalhador independente.</i>
FORMA JURÍDICA	<i>Classificação atribuída pelo direito e que pode revestir várias formas: Sociedades Civas (de Direito Público ou de Direito Privado; com fim lucrativo ou sem fim lucrativo) e Sociedades Comerciais.</i>
MORTE DE EMPRESAS	<i>Número de empresas que cessaram a atividade. Considera-se cessada a atividade, uma vez verificada a dissolução de uma combinação de fatores de produção, desde que não existam quaisquer outras empresas envolvidas no processo. Neste número não se incluem as empresas que cessaram a sua atividade devido a fusão, aquisição maioritária, dissolução ou reestruturação de um conjunto de empresas. Não se incluem, igualmente, as saídas de uma subpopulação devidas apenas a uma mudança da atividade.</i>
NASCIMENTO DE EMPRESAS PESSOAL AO SERVIÇO	<i>Corresponde à criação de uma combinação de fatores de produção, com a restrição de que não existem outras empresas envolvidas nesse acontecimento. Pessoas que, no período de referência, participaram na atividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros ativos de cooperativas); c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta diretamente remunerados; d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas diretamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por 'recibos verdes').</i>
PERÍODO DE REFERÊNCIA	<i>Período de tempo a que a informação se refere e que pode ser um dia específico ou um intervalo de tempo (mês, ano fiscal, ano civil, entre outros).</i>
TAXA DE NATALIDADE DE EMPRESAS	<i>Quociente entre o número de nascimentos reais e o número de empresas ativas no período de referência.</i>
TAXA DE MORTALIDADE DE EMPRESAS	<i>Quociente entre o número de mortes e o número de empresas ativas no período de referência.</i>

VOLUME DE NEGÓCIOS *Quantia líquida das vendas e prestações de serviços respeitantes às atividades normais das entidades, isto é, após as reduções em vendas e excluindo o imposto sobre o valor acrescentado e outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços.*

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2019)

6.

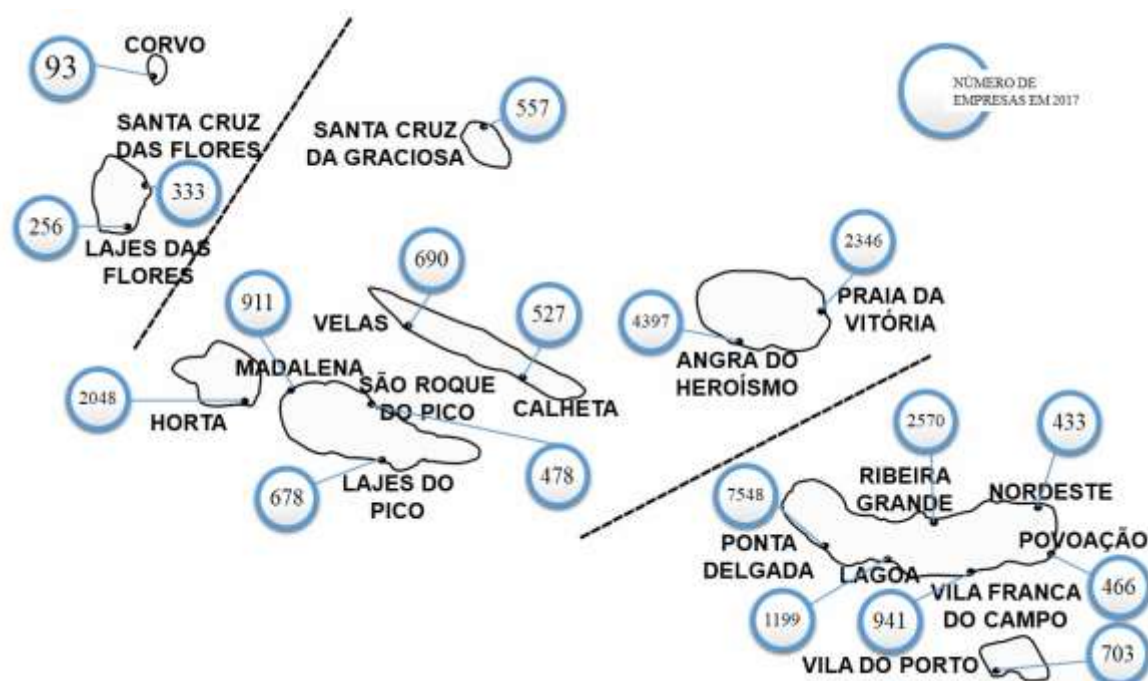
Resultados

Para facilitar a leitura dos dados, os resultados são agrupados em diferentes áreas de interesse: i) empresas por concelho em 2017; ii) empresas por dimensão; iii) empresas por forma jurídica; iv) empresas por setor de atividade económica; e v) nascimento e morte de empresas. Cada área apresenta informação relativa ao setor empresarial da RAA, seguida da informação análoga referente ao setor empresarial da RAM, no período compreendido entre 2008 e 2017.

6.1. Empresas por concelho em 2017

Em 2017, na RAA existiam 27 174 empresas. Os concelhos que apresentam um maior número de empresas são Ponta Delgada (7548), Angra do Heroísmo (4 397) e Ribeira Grande (2 570). Acresce ainda que o total destes três concelhos representa 53% do total de empresas da RAA. Em contrapartida, os concelhos que apresentam um menor número de empresas são: Corvo (93), Lajes das Flores (256) e Santa Cruz das Flores (333), conforme mostra a Figura 1.

Figura 1 - Número de empresas total, por concelho, na RAA, em 2017

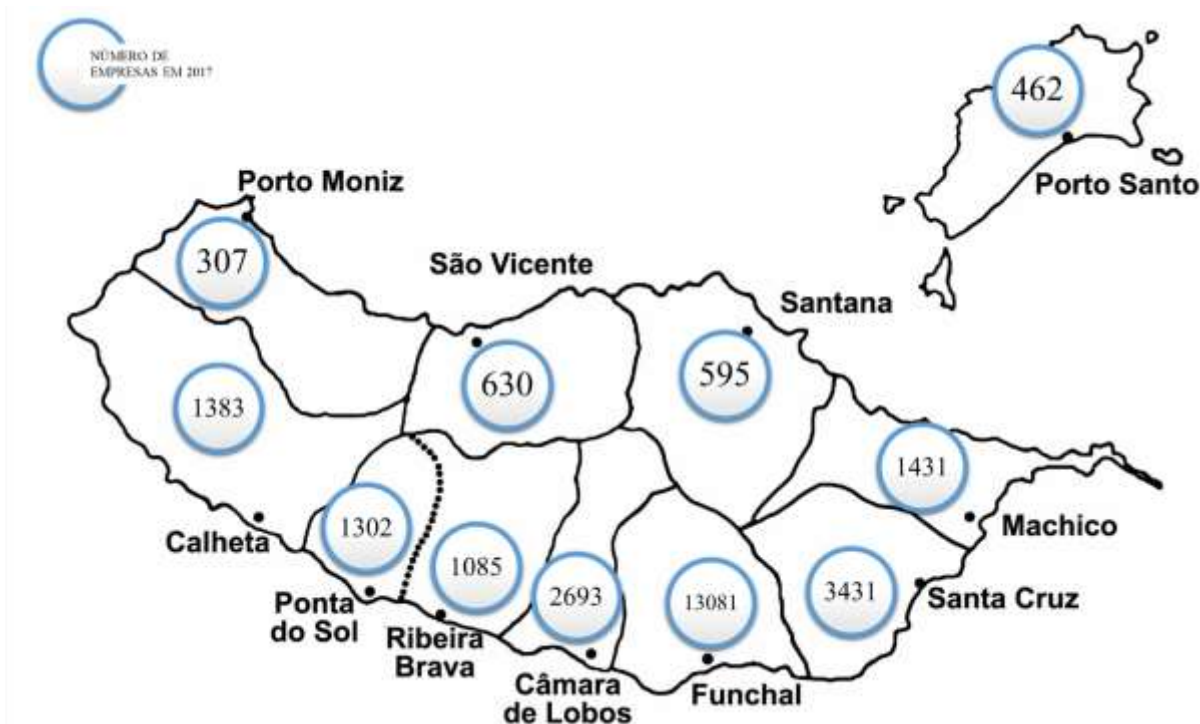


Fonte: Elaboração própria

NA RAM, em 2017, o total de empresas ascendia a 26 400. Os concelhos que apresentam maior número de empresas são o Funchal (13081), Santa Cruz (3431) e Câmara de Lobos (2693). O total de empresas destes

concelhos representa 73% do total de empresas da RAM. Os concelhos que apresentam menor número de empresas são Porto Moniz (307), Porto Santo (462), Santana (595) e São Vicente (630), conforme mostra a Figura 2.

Figura 2 - Número de empresas total, por concelho, na RAM, em 2017



Fonte: Elaboração própria

6.2. Empresas por dimensão

A RAA apresentava em 2017, 27 174 empresas, sendo destas, 26 310 microempresas, 747 pequenas empresas, 103 médias empresas e 14 grandes empresas. Relativamente à evolução do setor empresarial, no período analisado (2008-2017), é possível verificar que entre 2008 e 2012 este setor apresentou uma evolução negativa, passando de 27 564 empresas, em 2008, para 24 431 empresas, em 2012. No entanto, desde 2012 até 2017 o número total de empresas, nesta região, apresentou um crescimento contínuo, sendo que em 2017 existiam 27 174 empresas. Esta

evolução foi claramente influenciada pela evolução de micro e pequenas empresas, visto este tipo de empresas apresentar o mesmo tipo de evolução. Já as médias empresas apresentaram uma evolução mista, com períodos de crescimento e decréscimo do número de empresas. As grandes empresas apresentaram uma variação, em termos de número, pouco expressiva. Apesar de ser notória uma evolução positiva nos últimos anos analisados, em 2017, verificava-se, nesta região, um número menor de empresas em comparação com 2008, quer ao nível de micro, pequenas, médias ou grandes empresas (Figura 3).

Figura 3 - Evolução do setor empresarial da RAA



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2019)

Relativamente às microempresas, é possível verificar que, na RAA, estas representavam, no período considerado, mais de 96% do total de empresas. Se analisarmos as microempresas juntamente com as pequenas empresas, ambas

representavam mais de 99% do total de empresas. Já as médias e as grandes empresas representavam menos de 1% do total de empresas (Tabela 3).

Tabela 3 - Estrutura, em termos percentuais, do setor empresarial da RAA

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Micro	96,3%	96,3%	96,2%	96,4%	96,7%	97,0%	97,1%	97,1%	96,9%	96,8%
Pequenas	3,10%	3,15%	3,19%	3,08%	2,77%	2,53%	2,46%	2,48%	2,64%	2,75%
Médias	0,49%	0,48%	0,51%	0,47%	0,45%	0,41%	0,37%	0,38%	0,38%	0,38%
Grandes	0,07%	0,06%	0,07%	0,07%	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2019)

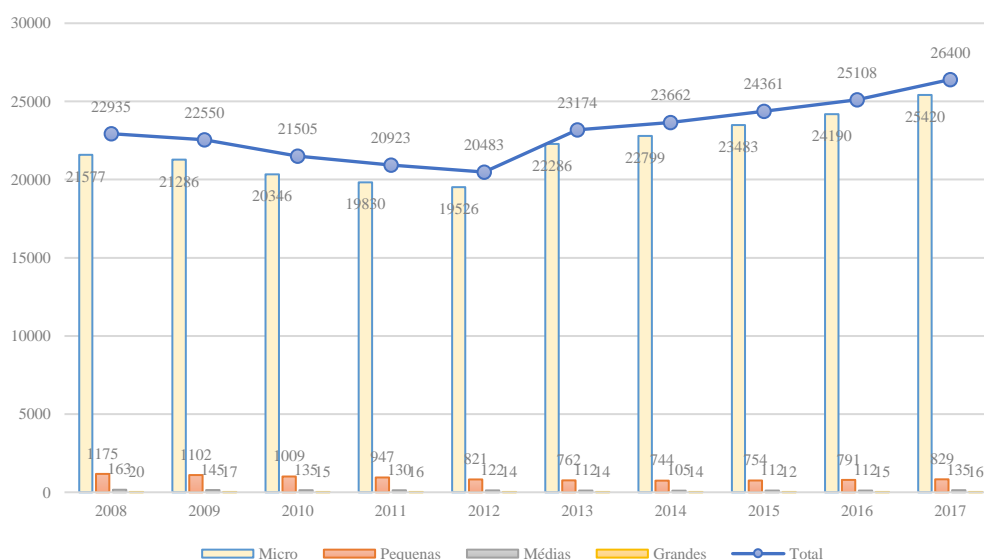
Em 2017, o setor empresarial da RAM era constituído por 25 420 microempresas, 829 pequenas empresas, 135 médias empresas e 16 grandes empresas, o que abrange um total de 26 400 empresas. Numa perspetiva de evolução, é possível verificar, no período de referência, que desde 2008 até 2012 o número total de empresas diminuiu continuamente, passando de 22 935, em 2008, para 20 483 empresas, em 2012. Desde 2012 até 2017, a

tendência inverteu-se e o número total de empresas, nesta região, aumentou, de forma progressiva, até 26 400 empresas em 2017. A evolução das microempresas é semelhante, apresentando uma diminuição do número de empresas desde 2008 até 2012, ano em que se verificou o valor mais baixo (19 526 empresas). Posteriormente e até 2017 o número de microempresas aumentou continuamente até um total de 25 420 microempresas, em

2017. Por outro lado, os números totais de pequenas e médias empresas tenderam a decrescer até 2014 e só em 2015 é que inverteram a sua tendência, começando a aumentar. As grandes empresas apresentaram uma diminuição do número de empresas de 20 empresas, em 2008, para 14 empresas, em 2012. Em 2015 esse número diminuiu para 12 e só em 2016 é que voltou a recuperar para 15 empresas e em 2017 para 16 empresas. As

pequenas, médias e grandes empresas, apesar de em 2015/2016 apresentarem uma evolução positiva no seu número, em 2017 ainda apresentavam um número inferior em comparação com o ano de 2008, pelo que o aumento do número total de empresas na RAM, no período em análise, deve-se essencialmente ao aumento do número de microempresa (Figura 4).

Figura 4 - Evolução do setor empresarial da RAM



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2019)

As microempresas representavam, no período de referência, mais de 94% do total de empresas da RAM. As micro e pequenas empresas representavam mais de 99% do total

de empresas. As médias e grandes empresas representavam menos de 1% do total de empresas (Tabela 4).

Tabela 4 - Estrutura, em termos percentuais, do setor empresarial da RAM

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Micro	94,1%	94,4%	94,6%	94,8%	95,3%	96,2%	96,4%	96,4%	96,3%	96,3%
Pequenas	5,1%	4,9%	4,7%	4,5%	4,0%	3,3%	3,1%	3,1%	3,2%	3,1%
Médias	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,5%	0,4%	0,5%	0,4%	0,5%
Grandes	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2019)

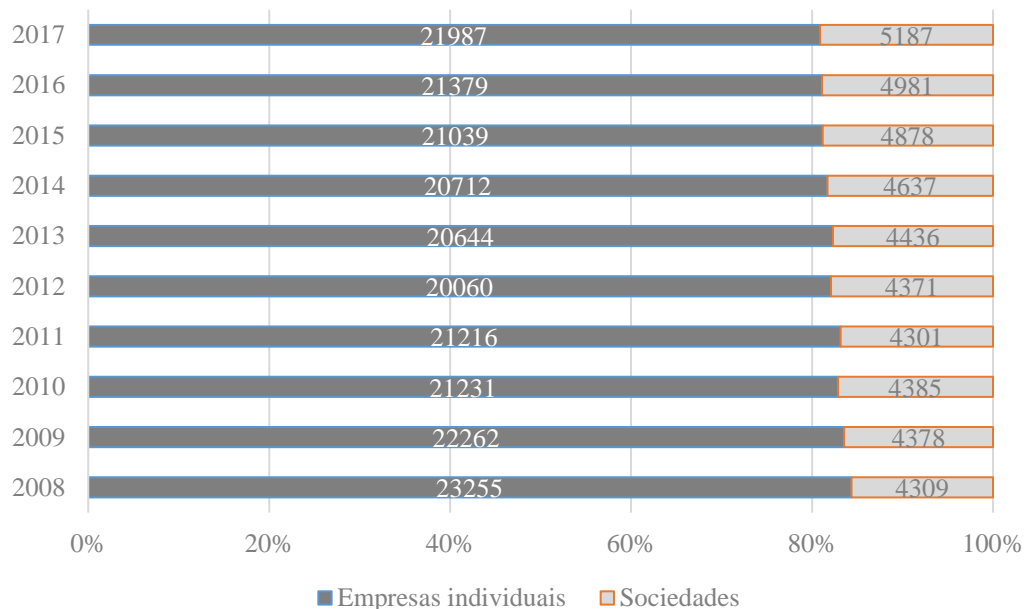
6.3. Empresas por forma jurídica

No que se refere à forma jurídica, é possível verificar que na RAA as empresas individuais têm diminuído a sua expressão, passando de

cerca de 84%, em 2008, para aproximadamente 81%, em 2017. Já na RAM verifica-se um aumento da expressão das empresas individuais, visto em 2008 estas representarem

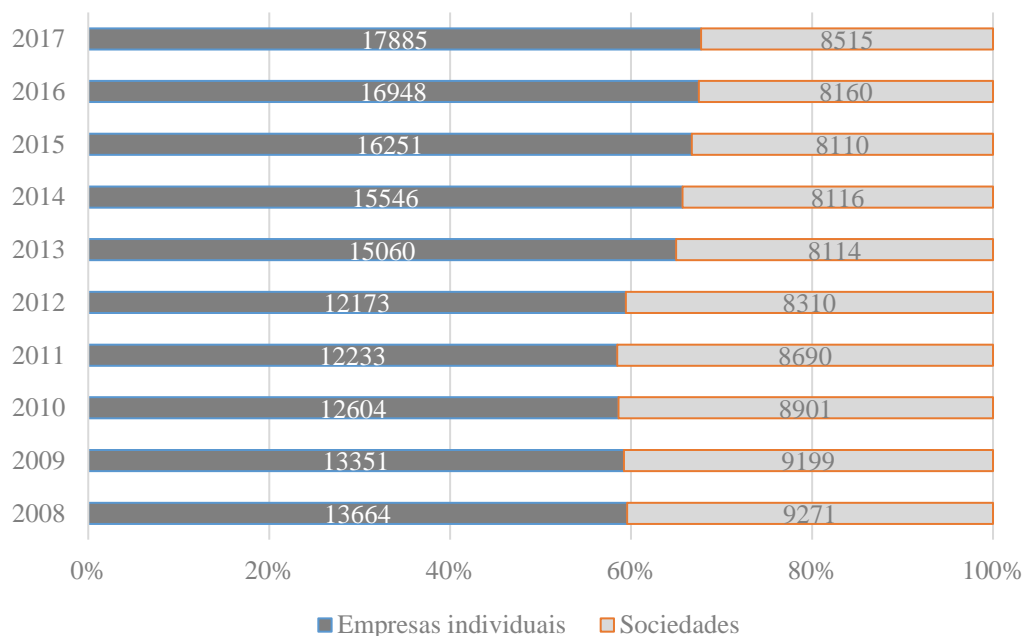
cerca de 60% e em 2017 representarem sensivelmente 68% do número total de empresas (figuras 5 e 6).

Figura 5 - Número de empresas na RAA, quanto à sua forma jurídica



Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (2019)

Figura 6 - Número de empresas na RAM, quanto à sua forma jurídica



Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira (2018b)

6.4. Empresas por setor de atividade económica

Neste secção, serão tidos em consideração os seguintes setores de atividade económica: Setor 1: “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”; Setor 2: “Indústrias extrativas”; Setor 3: “Indústrias transformadoras”; Setor 4: “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio”; Setor 5: “Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição”; Setor 6: “Construção”; Setor 7: “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletos”; Setor 8: “Transportes e armazenagem”; Setor 9: “Alojamento, restauração e similares”; Setor 10: “Atividades de informação e de comunicação”; Setor 11: “Atividades imobiliárias”; Setor 12: “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”; Setor 13: “Atividades administrativas e dos serviços de apoio”; Setor 14: “Educação”; Setor 15: “Atividades de saúde humana e apoio social”; Setor 16: “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas”; e Setor 17: “Outras atividades de serviços”.

Na RAA, é possível verificar que os setores que apresentavam maior número de empresas em 2017 eram os setores “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (26,6%), “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (13,7%) e “Comércio por

grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletos” (13%). O setor da agricultura ao longo do período de referência apresentou uma evolução positiva até 2014, altura em que atingiu o seu máximo, representando 29,4% do total de empresas, diminuindo para 26,6% em 2017. O setor da construção apresentou uma evolução negativa, sendo de referir que em 2008 apresentava 4 061 empresas, o que se traduzia em 14,7% do total de empresas, e em 2017 apresentava 1 525 empresas (5,6%). O setor “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletos”, apesar de representar 13% do total de empresas em 2017, tem apresentado uma evolução decrescente desde 2008, altura em que representava 15,4% do total de empresas. O setor “Alojamento, restauração e similares” tem vindo a aumentar a sua expressão ao longo do período considerado, visto que em 2008 representava 5,9% do total de empresas (1 629 em 27 564 empresas) e em 2017 representava 8,6% (2 337 em 27 174 empresas). O setor da “Educação” apresentou uma ligeira diminuição e o das “Atividades de saúde humana e apoio social” apresentou um ligeiro aumento. Os setores empresariais que em 2017 apresentavam menor expressão são “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (0,03%), “Indústrias extrativas” (0,07%) e “Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (0,09%).

Tabela 5 - Setor empresarial da RAA, por setor de atividade económica (% de empresas em relação ao número total de empresas)

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Setor 1	20,7%	21,1%	21,5%	24,3%	25,0%	28,6%	29,4%	28,6%	28,0%	26,6%
Setor 2	0,08%	0,08%	0,07%	0,07%	0,09%	0,08%	0,07%	0,08%	0,08%	0,07%
Setor 3	4,4%	4,5%	4,3%	4,1%	4,0%	3,8%	3,8%	3,9%	3,8%	3,8%
Setor 4	0,02%	0,02%	0,02%	0,02%	0,03%	0,04%	0,02%	0,02%	0,04%	0,03%
Setor 5	0,05%	0,06%	0,07%	0,07%	0,08%	0,10%	0,09%	0,10%	0,09%	0,09%
Setor 6	14,7%	12,4%	10,5%	9,5%	7,9%	6,6%	5,9%	5,6%	5,5%	5,6%
Setor 7	15,4%	15,7%	15,7%	15,2%	15,1%	14,5%	14,1%	13,7%	13,4%	13,0%
Setor 8	2,6%	2,6%	2,7%	2,6%	2,5%	2,4%	2,4%	2,3%	2,2%	2,1%
Setor 9	5,9%	6,1%	6,0%	6,0%	6,2%	6,1%	6,4%	7,1%	7,9%	8,6%
Setor 10	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,8%	0,9%	0,9%
Setor 11	1,2%	1,2%	1,1%	1,0%	1,0%	0,9%	0,9%	1,0%	1,0%	1,1%
Setor 12	6,8%	6,9%	7,3%	7,0%	6,9%	6,7%	6,8%	6,8%	6,9%	7,0%

Setor 13	10,5%	11,0%	11,8%	11,4%	11,7%	11,5%	12,0%	12,9%	12,9%	13,7%
Setor 14	4,8%	5,0%	5,6%	5,6%	5,6%	5,2%	4,6%	4,3%	4,2%	4,2%
Setor 15	4,2%	4,4%	4,8%	4,8%	5,3%	5,3%	5,4%	5,5%	5,6%	5,7%
Setor 16	2,6%	2,8%	2,7%	2,7%	2,7%	2,6%	2,7%	2,9%	3,0%	3,0%
Setor 17	5,2%	5,3%	5,0%	4,8%	4,9%	4,7%	4,5%	4,4%	4,4%	4,4%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2019)

Na RAM é possível verificar que os setores de atividade económica que tiveram uma maior expressão em 2017 são os setores “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (17,7%), “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (16,5%) e “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (13,5%). O setor da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, no período considerado, apresentou até 2014 um crescimento expressivo e contínuo, sofrendo em seguida um ligeiro decréscimo de 2015 a 2017. O setor da “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” em 2008 apresentava apenas 10 empresas e em 2017 apresentava 57 empresas. O setor da “Construção” apresentou uma evolução decrescente, sendo que em 2008 representava

9,7% do total de empresas (2 236 empresas) e em 2017 representava 4,3% (1 142), cerca de metade do número total de empresas. O setor “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” apresentou uma evolução negativa, uma vez que em 2008 apresentava 4 600 empresas e em 2017 abrangia 3 553 empresas. O setor da “Educação” apresentou uma ligeira diminuição e as “Atividades de saúde humana e apoio social” tiveram um aumento. Os setores que apresentavam menos empresas no ano de 2017 são: “Indústrias extrativas” (0,06%), “Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (0,1%) e “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (0,2%).

Tabela 6 - Setor empresarial da RAM, por setor de atividade económica (% de empresas em relação ao número total de empresas)

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Setor 1	1,6%	1,8%	1,9%	2,1%	5,7%	17,9%	19,1%	18,8%	18,5%	17,7%
Setor 2	0,12%	0,12%	0,11%	0,11%	0,11%	0,09%	0,08%	0,07%	0,07%	0,06%
Setor 3	4,3%	4,2%	4,0%	3,9%	3,7%	3,1%	3,0%	2,8%	2,7%	2,6%
Setor 4	0,04%	0,05%	0,06%	0,08%	0,08%	0,07%	0,05%	0,06%	0,23%	0,22%
Setor 5	0,15%	0,15%	0,14%	0,13%	0,13%	0,09%	0,09%	0,09%	0,10%	0,10%
Setor 6	9,7%	9,2%	8,7%	8,1%	7,0%	5,7%	5,1%	4,7%	4,4%	4,3%
Setor 7	20,1%	19,7%	19,3%	19,4%	18,9%	16,2%	15,1%	14,7%	14,1%	13,5%
Setor 8	4,7%	4,7%	4,7%	4,8%	4,8%	4,2%	3,8%	3,6%	3,5%	3,2%
Setor 9	9,8%	10,0%	10,1%	10,6%	10,5%	9,3%	9,7%	10,4%	11,2%	12,4%
Setor 10	1,1%	1,1%	1,1%	1,2%	1,1%	1,0%	1,0%	1,0%	1,1%	1,2%
Setor 11	3,3%	3,5%	3,6%	3,6%	3,5%	2,9%	2,7%	2,8%	2,9%	3,1%
Setor 12	10,3%	10,3%	10,2%	9,7%	9,2%	7,7%	7,6%	7,6%	7,7%	7,9%
Setor 13	13,4%	13,6%	14,1%	14,4%	14,4%	13,7%	14,4%	15,5%	16,2%	16,5%
Setor 14	4,9%	5,4%	5,4%	5,4%	4,9%	4,2%	4,1%	3,8%	3,3%	3,1%
Setor 15	6,5%	6,8%	7,2%	7,6%	7,5%	6,8%	6,9%	6,9%	7,0%	6,8%
Setor 16	4,1%	4,0%	3,9%	3,9%	3,6%	3,3%	3,3%	3,4%	3,5%	3,5%
Setor 17	5,8%	5,6%	5,4%	5,2%	4,9%	4,1%	3,9%	3,9%	3,7%	3,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

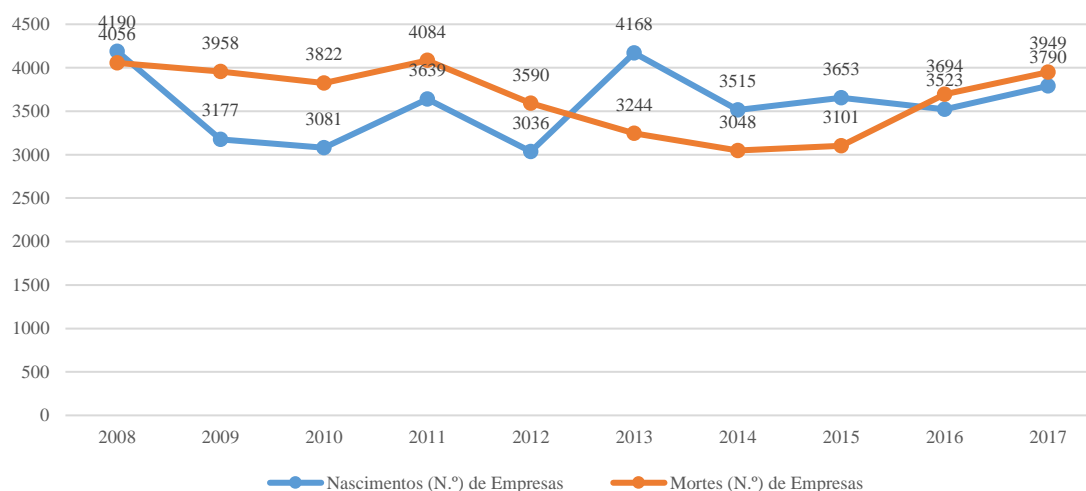
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2019)

6.5. Nascimento e morte de empresas

De forma a completar a análise da evolução do setor empresarial na RAA e na RAM, procurou-se indagar sobre o número de nascimentos e mortes de empresas. Em

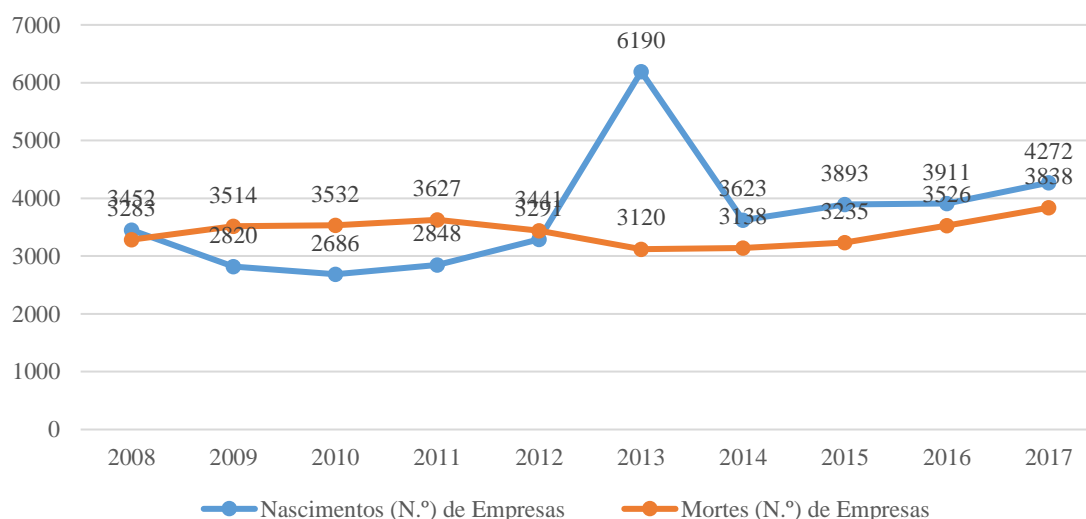
ambas as regiões, é possível verificar que entre 2009 e 2012 as mortes das empresas foram superiores aos nascimentos de empresas, conforme mostram as figuras 7 e 8.

Figura 7 - Nascimentos e Mortes de empresas na RAA



Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (2019)

Figura 8 - Nascimentos e Mortes de empresas na RAM



Fonte: Direção Regional de Estatística da Madeira (2018b)

Na RAA, após 2012 e até 2016 inverteu-se a tendência verificada no período anterior, sendo que o número de nascimentos de empresas passou a ser superior ao número de mortes das empresas até 2015. Entre 2016 e 2017 voltou-se a verificar um aumento de mortes de

empresas em relação aos nascimentos de empresas (Figura 7).

Na RAM, desde 2012 e até 2017 o número de nascimentos de empresas tem sido sempre superior ao número de mortes das empresas), conforme mostra a Figura 8.

7.

Discussão/Conclusão

Em 2008, consequência de diversos fatores manifestos em 2007, que vão desde desregulação financeira, derivados financeiros sobrevalorizados, créditos hipotecários de alto risco, entre outros, a falência do *Lehman Brothers*, o quarto maior banco de investimento dos Estados Unidos, despoletou-se uma cadeia de eventos que culminou numa crise financeira global. A crise financeira deu lugar a uma crise económica e, em 2010, a crise das dívidas soberanas deu lugar ao resgate financeiro de vários países: Grécia, Portugal, Irlanda e Chipre (Visão, 2011; Varzim, 2018; Sapo24, 2018). “No dia 7 de abril de 2011, Portugal tornou-se o terceiro Estado-membro da zona euro a pedir ajuda financeira internacional da União Europeia (UE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Cerca de um ano depois de a UE ter aprovado o primeiro pacote de ajuda financeira à Grécia, e cinco meses depois de a Irlanda ter pedido ajuda financeira ao abrigo dos mecanismos temporários que entretanto tinham sido criados pela UE (o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira, MEEF) e pela zona euro (Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, FEEF), Portugal deixou de conseguir resistir à pressão dos mercados sobre as condições de financiamento da sua economia” (Lourtie, 2011). De acordo com Lagarde (2019), “No FMI, temos plena consciência da determinação que permitiu a Portugal sair da sua crise económica. O programa de 2011 foi, na altura, o terceiro maior da história do FMI, medido em percentagem do PIB de um país – um sinal da gravidade da situação”. Entre 2011 e 2012, os juros da dívida portuguesa chegaram aos dois dígitos e em 2013, o desemprego atingiu os 16%, com os jovens particularmente atingidos (ONU News, 2019).

Como reflexo, a economia do País, em geral, e das Regiões Autónomas, em particular, foram abrangidas. Através deste estudo, foi possível analisar como a envolvente contextual de uma região pode influenciar um setor de atividade ou mesmo uma organização. No período de

referência, foi possível verificar que entre 2008 e 2012/2013 existiu uma evolução decrescente do número de empresas. Até 2017, a evolução inverteu-se, mas em ambas as regiões analisadas os números totais de pequenas, médias e grandes empresas ainda não igualam nem superam os números de 2008. Foi possível constatar que no período de 2009 a 2012 existiu maior número de mortes das empresas face ao número de nascimentos de empresas. No período em análise, foi possível verificar que entre 2008 e 2012/2013 ocorreu um decréscimo no número de empresas. Até 2017, a evolução inverteu-se, mas o número total de empresas na RAA ainda não iguala o de 2008, ao contrário da RAM, em que o número total de empresas em 2017 (26 400) supera o número total de empresas em 2008 (22 935). Foi possível constatar ainda que no período de 2009 a 2012 existiu, na RAA e na RAM, um maior número de mortes das empresas face ao de nascimentos de empresas.

A economia portuguesa afundou-se até ao terceiro trimestre de 2013, altura em que atingiu um mínimo, igualando os valores de 2000 (Varzim, 2018). De acordo com Lagarde (2019), “A economia recuperou o equilíbrio e voltou-se mais para as exportações, incluindo um setor do turismo revigorado (...), [Portugal] reembolsou a dívida ao FMI cinco anos antes do prazo.”. De facto, houve uma evolução positiva, maior solidez dos bancos, melhor regulação, entre outros. Na realidade estudada, RAA e RAM, verificou-se uma recuperação do setor empresarial. O ano de 2017 foi marcado por um novo composto percentual de empresas, tendo os setores, e consequentemente o número de empresas em cada, se ajustado à realidade do mercado. Em termos evolutivos, foi possível constatar que o mercado em que uma empresa atua é algo dinâmico. Por exemplo, o setor da construção, tanto na RAA como na RAM, tem vindo a diminuir a sua expressão em relação ao número total de empresas. Após 2012, o número de nascimentos de empresas ultrapassou o de mortes, sendo que na RAA, desde 2016, o número de nascimentos de empresas (3 523 empresas) voltou a ser inferior ao de mortes de empresas (3 694 empresas).

Apesar do progresso verificado até 2017, e das evidentes melhorias, ainda existe espaço para melhorias. A dívida pública permanece alta, os riscos a que o País está exposto são cada vez maiores e representam uma fonte de instabilidade. Existem riscos e constrangimentos específicos ao crescimento da economia portuguesa a médio e longo prazo – demográficos, tecnológicos e institucionais – aos quais acrescem os elevados níveis de endividamento dos agentes económicos. O FMI advertiu os governos de todo o mundo relativamente à necessidade de prepararem as suas finanças públicas para a próxima crise económica. Estamos perante um abrandamento do crescimento económico, atingindo uma maturidade de um ciclo. Prevê-se uma contração da economia (Lagarde, 2019; ONU News, 2019; Observador, 2019 & Público, 2019). Acresce ainda que, face à pandemia atual por Covid-19, esta situação tem tendência a acentuar-se.

Num contexto de evolução, e tendo em conta a previsão será interessante analisar se as atuais empresas desenvolveram mecanismos de proteção em relação a incidentes desta natureza. Já na perspetiva de cada um dos setores de atividade que apresentam um crescimento positivo, seria interessante analisar os motivos que levaram os

investidores a iniciar atividade e como estes preveem a evolução da economia face à atual situação de pandemia.

8.

Limitações e sugestões futuras

O estudo sobre este tema não se esgota no presente trabalho. O presente estudo apresenta algumas limitações. A primeira está relacionada com a utilização de dados secundários, cujo momento da sua recolha não pode ser controlado pelos investigadores, sendo que, num curto período de tempo, podem ser criadas ou extintas diversas empresas, sobretudo em períodos atípicos como o que vivemos atualmente. Outra limitação está relacionada com o período considerado (dez anos), que poderá não ser um período suficiente para uma generalização dos dados apresentados. Assim, cremos que seria interessante alargar este estudo temporalmente e estabelecer a comparação com a evolução empresarial em Portugal continental, bem como com a de outras regiões ultraperiféricas. A investigação poderá ainda ser aprofundada de forma a se proceder à identificação das razões pelas quais ocorreram alterações nos setores de atividade.

- Associação Comercial e Industrial do Funchal, & KPMG. (2014). *Documento Estratégico para o Turismo na RAM (2015-2020)*. Retrieved from https://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Doc_Estrategico_Turismo_RAM_0.pdf
- Associação Nacional dos Industriais de Lacticíneos. (2018). ANILACT.PT - Um novo ciclo de desenvolvimento económico nos Açores. Retrieved July 27, 2020, from <https://www.anilact.pt/info/actual/conjuntura/item/2469-vivemos-um-novo-ciclo-de-desenvolvimento-economico-nos-acores>
- Barañano. (2008). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão*. (Edições Sílabo, Ed.) (1ª Edição). Lisboa: Europress, Lda.
- Castanho, R. A., Couto, G., Pimentel, P., Carvalho, C.B., & Sousa, Á. (2020). Territorial Management and Governance, Regional Public Policies and their Relationship with Tourism. A Case Study of the Azores Autonomous Region. *Sustainability*, 12(15) 6059. <http://dx.doi.org/10.3390/su12156059>
- Comissão Europeia. (2014). Programa Operacional Regional dos Açores 2014-2020 - Política Regional - Comissão Europeia. Retrieved July 27, 2020, from https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/atlas/programmes/2014-2020/portugal/2014pt16m2op004
- Comissão Europeia. Guia do utilizador relativo à definição de PME (2015). <https://doi.org/10.2873/418863>
- Comissão Europeia. (2018). Empresas e indústria - Publications Office of the EU. Retrieved August 18, 2019, from <https://publications.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/44d7a7da-5fc5-11e8-ab9c-01aa75ed71a1>
- Comissão Europeia. (2019). A política regional e as regiões ultraperiféricas - Política Regional - Comissão Europeia. Retrieved August 19, 2019, from https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/themes/outermost-regions/
- Comissão Europeia, D.-G. da P. R. e U. (2017). *As Regiões Ultraperiféricas Terras no Mundo - Política Regional e Urbana*. Luxemburgo. <https://doi.org/10.2776/747652>
- Decreto-Lei n.º 135-B/2017. (2017). Diário da República n.º 212/2017, 2º Suplemento, Série I de 2017-11-03. Lisboa. Retrieved from <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/115174188/201806250826/73532809/diploma/indice?consolidacaoTag=Empresas>
- Decreto Legislativo Regional n.º 2/2020/A de 22 de janeiro de 2020, Pub. L. No. Diário da República, 1.ª série-no 15 (2020). Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/128355820>
- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2018a). Conta Satélite do Turismo de 2015 para a Região Autónoma da Madeira. Retrieved August 22, 2019, from <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/contaseconomicas-pt/contaseconomicas-cst-pt/noticias/1698-09-07-2018-drem-divulga-conta-satelite-do-turismo->

de-2015-para-a-regiao-autonoma-da-madeira.html

- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2018b). Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira 2016 Direção Regional de Estatística da Madeira. Retrieved from <https://estatistica.madeira.gov.pt/>
- Direção Regional de Estatística da Madeira. (2019). Divulga dados das Contas Regionais na nova base 2016. Retrieved July 28, 2020, from <https://estatistica.madeira.gov.pt/download-now/economica/contaseconomicas-pt/contaseconomicas-cr-pt/contaseconomicas-cr-noticias-pt/2293-13-12-2019-drem-divulgados-das-contas-regionais-na-nova-base-2016.html>
- Direção Regional do Orçamento e Tesouro. (2019). *Orçamento da Região Autónoma dos Açores*.
- Gil, A. (2017). *Como Elaborar Projetos de pesquisa*. (E. Atlas, Ed.) (6^a edição). São Paulo.
- Gil, A., Fonseca, C., Lobo, A., & Calado, H. (2012). Linking GMES Space Component to the development of land policies in Outermost Regions—the Azores (Portugal) case-study. *European Journal of Remote Sensing*, 45:1, 263-281. <https://doi.org/10.5721/EuJRS20124524>
- Governo dos Açores. (2019a). Direção Regional das Pescas. Retrieved August 21, 2019, from <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srmct-drp/?lang=pt&area=ct>
- Governo dos Açores. (2019b). Secretaria Regional da Agricultura e Florestas. Retrieved August 21, 2019, from <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sraf>
- Governo Regional da Madeira. (2018). *Relatório Anual do SERAM*. Retrieved from [https://www.madeira.gov.pt/Portals/11/Documentos/RelatorioAnualSERAM/Relatorio_Anuual_2018\(Final\).pdf](https://www.madeira.gov.pt/Portals/11/Documentos/RelatorioAnualSERAM/Relatorio_Anuual_2018(Final).pdf)
- Governo Regional dos Açores. (2019). SPER - Setor Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores. Retrieved August 19, 2019, from <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/vp-drot/textoTabela/SPERAA.htm>
- INE. (2019). Volume de negócios para o exterior (€) das sociedades com menos de 250 pessoas ao serviço por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Escalão de pessoal ao serviço; Anual. Retrieved August 18, 2019, from https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0008484&selTab=tab0
- Instituto de Desenvolvimento Regional, I.-R. (2018). *Documento de Orientação Estratégica Regional*. funchal. Retrieved from www.idr.madeira.gov.pt
- Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Autónoma dos Açores*. (I. P. Instituto Nacional de Estatística, Ed.). Lisboa. Retrieved from https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=156658963&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). Sistema Integrado de Metainformação - pesquisa. Retrieved August 21, 2019, from <http://smi.ine.pt/Pesquisa>

- Instituto Nacional de Estatística, I. P. (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Autónoma da Madeira*. (I. . Instituto Nacional de Estatística, Ed.). Lisboa. Retrieved from www.ine.pt
- Jornal Oficial da União Europeia. (2010). Artigo 349º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Retrieved July 19, 2019, from <http://www.cp-omr.eu/pt/wp-content/uploads/2011/10/PT-Artigo-349º-do-Tratado-sobre-o-Funcionamento-da-União-Europeia.pdf>
- Lagarde, C. (2019). Portugal e a Economia Mundial: O Caminho a Seguir. Retrieved from <https://www.imf.org/pt/News/Articles/2019/03/01/sp030119-portugal-and-the-global-economy-the-way-forward>
- Lakatos, E., & Marconi, M. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. (E. Atlas, Ed.), Editora Atlas S. A. (8ª edição).
- Lourtie, P. (2011). Portugal no contexto da crise do Euro, 61–105. Retrieved from <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n32/n32a05.pdf>
- Neves, A., Ferreira, G., Centeno, L., Martins, N., Souza, N., Albuquerque, F., & Pereira, T. (2014). *Plano Referencial Estratégico para a Economia da RAM*. Funchal.
- Observador. (2019). Banco de Portugal piora projeções de crescimento para 2019 com PIB a crescer 1,7% – Observador. Retrieved July 8, 2019, from <https://observador.pt/2019/03/28/banco-de-portugal-piora-projecoes-de-crescimento-para-2019-com-pib-a-crescer-17/>
- ONU News. (2019). FMI elogia reformas económicas implementadas para superar crise em Portugal | ONU News. Retrieved from <https://news.un.org/pt/story/2019/03/1665961>
- Ponte, J., Couto, G., Pimentel, P., Sousa, Á., & Oliveira, A. (2019). Tourist satisfaction with the Municipality of Ponta Delgada (Azores). *Revista de Gestão e Secretariado*, 10(3), 192–217. <https://doi.org/10.7769/gesec.v10i3.896>
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Universidade FEEVALE. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Público. (2019). FMI pede aos governos que se preparem para a próxima crise | Finanças públicas | PÚBLICO. Retrieved July 8, 2019, from <https://www.publico.pt/2019/04/10/economia/noticia/fmi-pede-estados-preparem-proxima-crise-1868751>
- Sapo24. (2018). De Wall Street a Lisboa. Como a crise de 2008 atravessou o Atlântico - Economia - SAPO 24. Retrieved from <https://24.sapo.pt/economia/artigos/de-wall-street-a-lisboa-como-a-crise-de-2008-atravessou-o-atlantico>
- Secretaria Regional de Agricultura e Pescas. (2019). Direção Regional de Agricultura. Retrieved August 22, 2019, from <https://www.madeira.gov.pt/dra/Estrutura/DRA/A-Direção>
- Silveira, L. E. (2010). As regiões ultraperiféricas na União Europeia. O Sistema de Inovação dos Açores. Retrieved from <http://web.letras.up.pt/xiicig/resumos/143.pdf>

- Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, E. (2019). Ambiente de negócios. Retrieved August 19, 2019, from <https://www.sdea.pt/index.php?op=22>
- Sousa, Á., Batista, M. G., Pinheiro, S., & Silva, O. (2017). 24th APDR Congress “Intellectual Capital and Regional Development: New landscapes and challenges for space planning.” In *Perceções acerca de evento desportivo (2009 versus 2015): Duas tipologias de variáveis* (Vol. 369, pp. 761–768). Covilhã, Portugal. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- SREAS. (2019). Serviço Regional de Estatística dos Açores. Retrieved September 27, 2019, from https://srea.azores.gov.pt/Conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=6194&idsc=6831&lang_id=1
- Varzim, T. (2018, November 17). 10 anos depois, economia portuguesa supera a crise - Conjuntura - Jornal de Negócios. Retrieved from <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/conjuntura/detalhe/10-anos-depois-economia-portuguesa-supera-a-crise>
- Visão. (2011). A crise económica. Retrieved from <http://visao.sapo.pt/artigositeantigo/artigosimportadosforum/portugal-a-crise-economica=f594157>